



Serviço Público e política econômica

Alexandre Santos

Comentário sobre o uso dos serviços públicos como instrumento de Política Econômica.

O preço dos serviços públicos provoca significativo impacto na bolsa das pessoas e, como corolário, na renda real, reduzindo-a tanto mais quanto menores forem os subsídios a eles [os serviços públicos] atribuídos e maior for o dispêndio com a contratação de serviços alternativos ou complementares (para compensar deficiências daqueles oferecidos). Em outra forma de ver a mesma questão, a renda real será tanto mais aumentada quanto maiores forem os subsídios concedidos aos serviços públicos consumidos e menor for o dispêndio com a contratação de serviços alternativos ou complementares.

Embora pouco observada, esta relação é óbvia, pois os valores aplicados pelas pessoas na aquisição de serviços públicos - seja em pagamentos diretos às companhias públicas ou concessionárias, seja às empresas fornecedoras de serviços alternativos ou complementares (àqueles não satisfatórios) - representam sangria no rendimento familiar, afetando, conseqüentemente, a renda real. De fato, quando precisam usar recursos próprios para custear a parte não subsidiada dos serviços públicos e/ou adquirir serviços a eles alternativos ou complementares, as pessoas ficam com menor disponibilidade para outros fins (o que significa redução da renda real). Inversamente, quando pagam menos pelos serviços públicos que consomem e/ou não precisam contratar serviços privados complementares, lhes sobram mais recursos (o que significa aumento da renda real). Isso fica mais claro se atentarmos que, se confiam na qualidade do ensino público, na vigilância pública, no sistema público de saúde, etc., as pessoas não contratam escolas particulares, empresas privadas de segurança, seguros especializados, etc., dispondo de mais dinheiro para outras coisas, experimentando, então, elevação dos rendimentos líquidos e, portanto, da renda real.

Assim, a renda real das pessoas pode ser aumentada, não apenas pelo acréscimo de rendimentos diretos (salário, alugueis, pro-labores, etc.), mas, também, pela ampliação da qualidade e quantidade dos serviços públicos subsidiados a elas disponibilizados. Cada tostão liberado do dispêndio particular com serviços públicos é um tostão acrescido na renda real da pessoa. É o que acontece quando há melhoria no preço e na qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, segurança, transportes, habitação, etc., etc. Neste caso, do ponto de vista concreto, como benefício subjacente àqueles oferecidos diretamente pelos serviços públicos, que se reflete em melhoria da qualidade de vida, há um aumento da renda real do beneficiado.

Aliás, como afeta a renda real, a oferta subsidiada de serviços públicos em quantidade e qualidade compatível com a expectativa das pessoas pode ser utilizada como instrumento de política econômica e monetária, estimulando (ou contendo) o consumo e a poupança e, ainda, regulando o meio circulante. Não é complicado entender o processo, pois os valores não usados na contratação de serviços públicos podem ser injetados no mercado ou direcionados à poupança, conforme os mecanismos de estímulo (ou restrição) utilizados, e, por outro lado, os [recursos] usados, saem, obviamente, de circulação. Assim, embora jamais venha ter a agilidade de outros instrumentos de ajuste da economia, a oferta de serviços públicos pode, além de ampliar ou restringir a massa monetária em circulação, estimular a poupança, gerando recursos para o investimento, ou o consumo, dinamizando o mercado.

Por outro lado, em se tratando de formulação cujo resultado independe de alterações nos rendimentos individuais (e, portanto, de decisões do mercado), alterações no preço e melhorias qualitativas e quantitativas dos serviços públicos podem representar o melhor caminho para elevação da renda real das pessoas, especialmente daquelas economicamente frágeis e dependentes do aparato disponibilizado à coletividade. Nesta perspectiva, vale destacar, ainda, que, como no adágio segundo o qual 'quem tem põe, quem não tem, tira', a elevação da renda real acontece quando os serviços públicos são financiados segundo modelos tarifários e tributários progressivos, incidentes sobre as bolsas mais abastadas. Quando financiados pelos mais necessitados, a função distribuidora de renda dos serviços públicos perde força, deixando de realizar importantes benefícios subjacentes. Finalmente, deve-se registrar que, se recebem serviços públicos subsidiados, pessoas de rendimentos aparentemente pequenos, desfrutam, na realidade, renda real maior que aquela nominalmente referida. É o que acontece em países avançados socialmente, nos quais a qualidade de vida garantida pelos bens e serviços públicos fornecidos gratuitamente à população minimizam a importância do rendimento pessoal como elemento de acesso aos patamares básicos devem estar.

(*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco